EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA ESCOLA PÚBLICA: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

ANTI-RACIST EDUCATION IN PUBLIC SCHOOLS: BETWEEN DISCOURSE AND PRACTICE

Franklin Emmanuel da Silva Mano[1]
Vitor Savio de Araújo[2]
Debora Moraes Coutinho Barros de Albuquerque[3]
Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva[4]

RESUMO: Este artigo analisa os desafios e possibilidades da efetivação de uma educação antirracista na escola pública brasileira. A partir da discussão sobre o racismo estrutural e suas manifestações no espaço escolar, o texto problematiza a distância entre os discursos legais que defendem a diversidade étnico-racial e a prática pedagógica cotidiana. Com base em revisão bibliográfica e em marcos legais como as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, o estudo discute a importância da formação docente crítica, da reformulação curricular e da valorização das identidades negras e indígenas no ambiente escolar. As considerações finais apontam a necessidade de políticas educacionais mais estruturantes e articuladas com a realidade das escolas, destacando o papel da gestão democrática, das práticas pedagógicas contextualizadas e da articulação com comunidades e movimentos sociais. O artigo defende que uma educação antirracista exige compromisso coletivo, mediação pedagógica intencional e escuta ativa das vozes historicamente silenciadas.

Palavras-chave: educação antirracista; racismo estrutural; escola pública; formação docente; diversidade étnico-racial.

ABSTRACT: This article analyzes the challenges and possibilities for implementing antiracist education in Brazilian public schools. Based on the discussion of structural racism and its manifestations within the educational environment, the study problematizes the gap between normative discourses and daily pedagogical practices. The methodology relies on a literature review and document analysis, using Laws 10.639/2003 and 11.645/2008 as central regulatory frameworks. The results indicate that although legislation provides significant legal advances, the execution of ethnic-racial guidelines faces structural obstacles, such as the prevalence of eurocentric curricula, scarcity of teaching materials, and gaps in initial and continuing teacher education. The study concludes that overcoming superficial approaches requires the establishment of structured public policies, the strengthening of democratic management, and the continuous integration of ethnic-racial relations into the political-pedagogical projects of schools. An emancipatory education

[1] Doutorando em Ciências da Educação pela Christian Business School (CBS). Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação pela Must University. Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa. Possui, ainda, outras 15 graduações e 45 pós-graduações lato sensu. E-mail: contato@franklinmano.com Lattes: http://lattes.cnpq.br/4089953515753563.

[2] Doutorando em Ciências da Educação pela Christian Business School (CBS). Mestre em Língua, Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), graduado em Letras Português/Espanhol (PUC-GO) e em Pedagogia (Uninter), com especializações em Coordenação Pedagógica, Gestão Escolar e Formação de Professores de Língua Portuguesa. E-mail: vitorsavio@gmail.com. Lattes: https://lattes.cnpq.br/5733464859503901.

[3] Mestranda em Neurociências pela Christian Business School (CBS). Especialista em Psicopedagogia Clínica, institucional e Hospitalar pela Uninassau. Bacharel em Psicologia pela UniFAFIRE. Possui, ainda, 2 graduações e 2 pós-graduações lato sensu. E-mail: deboramoraesadv@gmail.com.

[4] Ph.D. Doutora em Ciências da Educação, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS. E-mail: rozineide.pereira1975@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-6863-7874.

demands intentional pedagogy, collective commitment, and active recognition of the historically silenced voices and knowledge of Black and Indigenous populations.

Keywords: antiracist education; structural racism; public school; teacher training; ethnic-racial diversity.

INTRODUÇÃO

A educação antirracista tem sido amplamente defendida como um princípio fundamental para a construção de uma escola pública comprometida com a equidade, a justiça social e os direitos humanos. Contudo, entre o discurso oficial que valoriza a diversidade étnico-racial e a prática cotidiana das instituições escolares, observa-se um descompasso persistente. Apesar dos avanços legislativos, como a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, os desafios para efetivar uma educação verdadeiramente antirracista permanecem estruturais, curriculares e formativos.

Entre os principais desafios estruturais, destaca-se a ausência de políticas públicas que garantam condições concretas para a implementação das diretrizes antirracistas nas escolas. Muitas instituições carecem de apoio técnico, recursos didáticos específicos e tempo institucional para planejamento pedagógico voltado à diversidade étnico-racial. Além disso, a descontinuidade de programas governamentais, aliada à falta de acompanhamento sistemático por parte das redes de ensino, compromete a sustentabilidade das ações antirracistas, que acabam dependendo do engajamento individual de docentes e gestores, tornando-se frágeis frente às pressões burocráticas e à lógica conteudista que ainda impera no sistema educacional.

Do ponto de vista curricular, persiste uma hegemonia eurocêntrica nos materiais didáticos e nas abordagens pedagógicas, que invisibiliza ou representa de maneira estereotipada as culturas negras e indígenas. A inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos, quando ocorre, é muitas vezes restrita a datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, sem articulação com os conteúdos das demais disciplinas ou com o projeto político-pedagógico da escola. Essa abordagem fragmentada não contribui para o enfrentamento efetivo do racismo, tampouco promove a valorização das identidades racializadas como parte constitutiva da história e da cultura nacional.

No campo formativo, observa-se uma lacuna significativa na formação inicial e continuada de professores(as) no que diz respeito às relações étnico-raciais. A maioria dos cursos de licenciatura ainda não incorpora de forma sistemática os debates sobre racismo,

branquitude, desigualdade racial e educação antirracista. Como resultado, muitos(as) docentes sentem-se inseguros(as) para abordar essas temáticas em sala de aula ou, pior, reproduzem práticas excludentes por desconhecimento de sua dimensão política. Uma formação que se pretenda emancipadora e comprometida com a justiça social precisa reconhecer o racismo como pauta estruturante do processo educativo, promovendo o desenvolvimento de competências críticas e sensibilidade para o trabalho com a diversidade.

No cotidiano escolar, práticas pedagógicas que silenciam ou exotizam as culturas negras e indígenas, aliadas à ausência de representatividade nos materiais didáticos, reforçam estereótipos e naturalizam desigualdades raciais. A escola, que deveria ser espaço de emancipação e de combate às opressões históricas, muitas vezes reproduz as mesmas lógicas discriminatórias presentes na sociedade. Isso evidencia que o combate ao racismo no ambiente escolar não se limita à inserção pontual de conteúdos étnico-raciais, mas exige uma revisão profunda das relações pedagógicas, da formação docente e das estruturas institucionais.

Este artigo propõe uma análise crítica da educação antirracista na escola pública brasileira, discutindo os avanços normativos, os limites da implementação prática e as possibilidades de construção de um projeto pedagógico comprometido com a valorização das identidades negras e indígenas. Com base em revisão bibliográfica e em marcos legais, busca-se compreender os caminhos possíveis para transformar o discurso da diversidade em ação concreta, reconhecendo a urgência de uma educação que enfrente o racismo de forma sistemática e intencional.

O RACISMO ESTRUTURAL E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O racismo estrutural constitui um elemento constitutivo das relações sociais no Brasil, enraizado historicamente desde o período colonial e perpetuado nas instituições ao longo do processo de formação social do país. Mais do que atitudes individuais, o racismo estrutural opera por meio de mecanismos institucionais, normativos e simbólicos que naturalizam as desigualdades raciais, produzindo efeitos concretos na vida da população negra e indígena, especialmente em termos de acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento. A escola, como instituição social historicamente vinculada a esses processos, não está imune a essa lógica de exclusão (Valente; Dantas, 2021).

Na estrutura educacional brasileira, o racismo manifesta-se de forma velada e persistente. Ele se expressa na baixa representatividade de professores(as) negros(as) nos espaços de decisão, na ausência ou distorção de referências negras e indígenas nos currículos e materiais didáticos, na negligência com as violências simbólicas e físicas sofridas por estudantes racializados e no silenciamento da pluralidade cultural que compõe a identidade brasileira. A escola, muitas vezes, funciona como espaço reprodutor de narrativas eurocentradas, desconsiderando as contribuições históricas, sociais e culturais dos povos africanos e indígenas para a formação do país (Garcez, 2024).

A reprodução de narrativas eurocentradas na escola brasileira constitui um dos principais entraves à efetivação de uma educação antirracista. Essas narrativas estão presentes tanto nos conteúdos curriculares quanto nos materiais didáticos, e atuam silenciosamente na formação das subjetividades. Um exemplo emblemático é a forma como se apresenta o processo de colonização: frequentemente retratado como "descobrimento", omite-se o genocídio indígena, a violência do domínio europeu e a complexidade das civilizações originárias. Essa abordagem reforça a ideia de que a história do Brasil começa com a chegada dos portugueses, apagando os saberes, as línguas e os modos de vida indígenas que já existiam há séculos. (Favoretti, 2024).

Outro aspecto recorrente é a representação da África de forma homogênea, estereotipada e reduzida à escravidão. O continente é raramente abordado em sua diversidade histórica, cultural e geográfica, e suas contribuições para a humanidade — como nas áreas da filosofia, matemática, medicina e arte — são ignoradas. Essa visão limitada reforça imaginários coloniais que associam o povo negro à subalternidade, comprometendo o reconhecimento positivo das identidades afro-brasileiras. Do mesmo modo, autores, cientistas e artistas negros e indígenas brasileiros são, quando muito, tratados como figuras periféricas, enquanto nomes europeus são apresentados como referência universal de conhecimento e excelência. (Moreno; Ferreira, 2021).

Essa hegemonia discursiva, sustentada por um currículo que naturaliza o eurocentrismo, impede a pluralidade epistêmica na educação e dificulta que estudantes negros, indígenas e de outras etnias marginalizadas se reconheçam como sujeitos históricos, criadores de conhecimento e pertencentes à nação. A crítica a essas narrativas não se limita à substituição de conteúdos, mas demanda uma reestruturação profunda do projeto pedagógico, das metodologias e da formação docente. A superação do eurocentrismo na escola é condição necessária para que o ambiente educativo contribua

para a construção de uma sociedade mais justa, plural e verdadeiramente democrática. (Santos, 2021).

Essa realidade evidencia o quanto o racismo está imbricado nas práticas pedagógicas, nas estruturas administrativas e nos projetos políticos-pedagógicos. As desigualdades raciais não são produto de omissões isoladas, mas de um sistema educacional que, ao longo do tempo, falhou em reconhecer a diversidade como princípio pedagógico e em assumir o enfrentamento ao racismo como parte do seu compromisso ético. Combater o racismo na escola, portanto, não é apenas uma questão de justiça social, mas um imperativo educacional, que exige políticas públicas, formação docente e ações pedagógicas comprometidas com a transformação dessa lógica estrutural.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O enfrentamento ao racismo no contexto escolar passou a integrar formalmente a agenda das políticas educacionais brasileiras a partir de marcos legais importantes que reconhecem a necessidade de valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena na educação. A promulgação da Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, representa um marco simbólico e político na luta por uma educação comprometida com a equidade racial. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade para incluir também os conteúdos relativos à história e cultura dos povos indígenas (Brasil, 2003) (Brasil, 2008).

A promulgação dessas leis representa uma conquista histórica dos movimentos negros e indígenas brasileiros, que, há décadas, denunciam a exclusão e o silenciamento de suas histórias nos espaços escolares. Ao reconhecer a necessidade de reescrever o currículo escolar a partir de uma perspectiva plural e antirracista, o Estado brasileiro assume, ainda que tardiamente, o compromisso de enfrentar o racismo institucionalizado no sistema educacional. A obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena não se limita à inserção de novos conteúdos, mas propõe uma mudança de paradigma que valorize as epistemologias dos povos historicamente marginalizados e promova a revisão crítica das narrativas oficiais (Ramos; Siqueira, 2022).

Além disso, as leis ampliam as possibilidades de pertencimento e representatividade para estudantes negros e indígenas, permitindo que se reconheçam como parte ativa da formação histórica, cultural e social do país. O apagamento de suas trajetórias no currículo

escolar contribuiu, por muito tempo, para a construção de identidades marcadas pela inferiorização e pela negação de suas origens. Ao promover uma educação que valorize a ancestralidade, a resistência e as contribuições desses povos, a escola pode exercer um papel transformador, fortalecendo a autoestima dos estudantes racializados e ampliando as possibilidades de construção de um projeto de nação mais justo e inclusivo.

Do ponto de vista pedagógico, essas legislações possibilitam a construção de práticas mais contextualizadas, críticas e sensíveis à diversidade. Elas abrem caminhos para a produção e circulação de novos materiais didáticos, para a formação de professores(as) conscientes de seu papel social e para a articulação entre escola, comunidade e movimentos sociais. Ao estimular o diálogo entre diferentes saberes e histórias, a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 desafia a escola a sair do campo do discurso e assumir uma postura ativa no enfrentamento das desigualdades raciais, contribuindo, assim, para a formação cidadã e emancipadora de todos os sujeitos escolares (Brasil, 2003) (Brasil, 2008).

Apesar do avanço normativo, a efetivação dessas diretrizes encontra diversos entraves no cotidiano das escolas. A implementação das leis antirracistas tem sido desigual entre as redes de ensino e, muitas vezes, limitada a ações pontuais, geralmente concentradas em datas comemorativas como o 20 de novembro. A ausência de políticas formativas contínuas para docentes, a escassez de materiais didáticos de qualidade e a falta de acompanhamento sistemático por parte dos órgãos gestores contribuem para o esvaziamento das propostas, transformando uma política de enfrentamento em um discurso protocolar (Valente; Dantas, 2021).

Além disso, é necessário destacar que a presença da legislação por si só não garante a mudança nas práticas pedagógicas nem no ethos institucional das escolas. Como enfatiza a literatura crítica da área, o racismo é uma estrutura que se reinventa e resiste, inclusive, por meio da superficialização do antirracismo. A resistência de alguns setores escolares à abordagem das questões étnico-raciais, motivada por visões equivocadas de neutralidade pedagógica, ideologia da meritocracia ou por receios de “politização” da escola, revela o quanto o avanço legal precisa estar articulado a processos formativos, acompanhamento institucional e engajamento político da comunidade escolar (Mesquita; Dos Santos; Lucini, 2022).

Assim, mais do que a inserção de conteúdos nos livros ou no planejamento anual, a efetivação das políticas educacionais antirracistas requer o compromisso das escolas com

a desconstrução das práticas que reforçam a hegemonia branca e silenciam as vozes negras e indígenas. Isso significa revisar currículos, reavaliar linguagens, escutar os sujeitos racializados e, principalmente, reconhecer que o combate ao racismo deve ser eixo transversal de toda proposta pedagógica democrática.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA

A construção de uma educação antirracista exige mais do que a inserção de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Trata-se de um compromisso político-pedagógico que demanda revisão das práticas escolares, das metodologias de ensino e da própria formação dos(as) docentes. A sala de aula é um espaço central para o enfrentamento ao racismo, mas sua potência transformadora depende do preparo crítico de professores(as) que compreendam o racismo como estrutura e assumam a mediação pedagógica como ação intencional de combate à desigualdade racial (Ferreira Neto, 2022).

No entanto, as pesquisas apontam que grande parte dos profissionais da educação ainda se sente despreparada para trabalhar com a temática racial de forma transversal e contínua. A formação inicial, em muitas licenciaturas, negligencia o debate étnico-racial, relegando-o a conteúdos opcionais ou à atuação individual dos(as) docentes interessados(as) na pauta. Já a formação continuada, quando existente, tende a ser pontual, desconectada da prática cotidiana e sem articulação com o projeto político-pedagógico das escolas. Essa lacuna formativa contribui para a reprodução de silêncios e de práticas pedagógicas que naturalizam o racismo institucional (Silva, 2023).

Apesar desse cenário, multiplicam-se em diferentes regiões do país experiências pedagógicas inovadoras que tomam a perspectiva antirracista como eixo do trabalho docente. Projetos de valorização das culturas negras e indígenas, feiras literárias com autores(as) africanos(as), produção de materiais didáticos próprios, rodas de conversa sobre identidade racial e formação de coletivos escolares têm revelado o potencial transformador da escola quando atua de forma crítica e comprometida com a justiça racial. Essas práticas, muitas vezes construídas por educadores(as) em diálogo com as comunidades escolares, mostram que é possível ressignificar o cotidiano escolar a partir da escuta, da ancestralidade e da valorização dos saberes historicamente marginalizados (Sousa *et al*, 2024).

Para que essas experiências deixem de ser iniciativas isoladas e ganhem força institucional, é preciso investir na formação antirracista como política pública, garantindo que todos(as) os(as) educadores(as) compreendam o enfrentamento ao racismo como parte indissociável da sua prática pedagógica. Isso implica superar a lógica da neutralidade e da suposta "universalidade" do conhecimento escolar, reconhecendo que toda prática educativa carrega intencionalidades e, portanto, pode contribuir para a manutenção das desigualdades ou para sua superação.

DESAFIOS E CAMINHOS PARA TRANSFORMAR O DISCURSO EM PRÁTICA

Embora os discursos que defendem a importância da educação antirracista estejam cada vez mais presentes em documentos oficiais, legislações e eventos escolares, a transição desse discurso para a prática efetiva ainda enfrenta barreiras consideráveis nas instituições públicas de ensino. Essas barreiras vão desde a resistência de parte do corpo docente e gestor até a precarização das condições de trabalho e ensino, que muitas vezes inviabilizam ações formativas continuadas e projetos pedagógicos transformadores.

Um dos principais desafios reside na ausência de um compromisso institucional efetivo com o enfrentamento do racismo. Muitas escolas tratam a temática étnico-racial de forma superficial, reduzindo-a a datas comemorativas ou eventos isolados, sem que ela seja incorporada como princípio estruturante do currículo e das práticas pedagógicas. A ausência de indicadores e instrumentos de avaliação que monitorem a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 também contribui para que sua execução dependa, majoritariamente, do esforço e da militância de alguns professores(as), em vez de ser compreendida como responsabilidade coletiva da escola e da rede de ensino (Santos; Santos; El Kadri, 2021).

Outro desafio fundamental diz respeito à necessidade de articulação entre a escola e os movimentos sociais, coletivos negros, universidades e comunidades locais. A educação antirracista precisa ultrapassar os muros escolares e dialogar com os saberes e práticas das populações negras e indígenas, reconhecendo nelas fontes legítimas de conhecimento. A escola que se abre para a escuta e a participação ativa das famílias, lideranças comunitárias e grupos culturais amplia seu repertório e fortalece os vínculos entre educação e justiça social (Azarias; Priotto, 2024).

Nesse sentido, alguns caminhos se mostram promissores. A reformulação dos projetos político-pedagógicos com base em princípios de equidade racial, a inserção da

temática nos processos de formação continuada, a adoção de materiais didáticos que representem a diversidade brasileira e o incentivo à pesquisa e à produção de conhecimento sobre relações étnico-raciais por estudantes e docentes são medidas fundamentais. Mais do que cumprir uma legislação, trata-se de assumir uma postura pedagógica comprometida com a construção de uma sociedade antirracista, plural e democrática.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental acerca da educação antirracista no contexto da escola pública brasileira. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente por livros e artigos científicos, ao passo que a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico analítico aprofundado, como leis e documentos oficiais. As fontes primárias e secundárias de dados incluíram artigos científicos, acervos teóricos e normativas oficiais da legislação educacional, com destaque para as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

O universo do estudo volta-se aos estudantes da educação básica de escolas públicas, considerando os impactos das políticas educacionais e das práticas pedagógicas sobre esse público. A seleção do material foi realizada com base na relevância temática e na contribuição teórica para o debate sobre racismo estrutural, formação docente e práticas pedagógicas antirracistas. Conforme pondera Severino (2016), a seleção crítica das fontes exige rigor metodológico na delimitação do corpus analítico, assegurando que o material documental e bibliográfico responda com consistência aos objetivos e ao problema de pesquisa delimitados.

A análise dos dados foi conduzida por meio da leitura analítica, síntese compreensiva e interpretação crítica da literatura. Como ensina Severino (2016), o trabalho analítico sobre as fontes bibliográficas e documentais implica ultrapassar a mera síntese descritiva, promovendo a problematização reflexiva dos conceitos e evidências trazidos pelos autores. Por tratar-se de uma investigação fundamentada exclusivamente em fontes secundárias de domínio público e documentos formais sem identificação individualizada de participantes, não houve necessidade de submissão do protocolo ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental evidenciou a presença recorrente de discussões relacionadas à implementação da educação antirracista no contexto das escolas públicas brasileiras. Nos estudos investigados, identificaram-se elementos que indicam tanto a existência de avanços normativos quanto desafios persistentes na incorporação das diretrizes étnico-raciais no cotidiano escolar. Observa-se que a maior parte das publicações destaca o papel de legislações específicas, como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que orientam a inclusão obrigatória do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica, revelando importantes transformações no ambiente escolar contemporâneo.

Esses resultados demonstram que, embora os marcos legais representem um avanço democrático relevante no reconhecimento da diversidade étnico-racial no campo educacional, sua efetivação prática ainda enfrenta entraves significativos. Conforme ponderam Gomes (2012) e Munanga (2005), o respaldo jurídico é condição necessária, porém insuficiente para desmantelar o racismo estrutural que organiza as instituições de ensino brasileiras. Os dados indicam que a implementação das diretrizes não ocorre de forma homogênea ou gradual entre as redes de ensino, manifestando-se de maneira assimétrica entre as instituições e revelando a urgência de políticas públicas mais consistentes com acompanhamento sistemático.

A literatura consultada aponta que a consolidação da educação antirracista depende não apenas da aprovação de leis, mas da construção de práticas pedagógicas que integrem de forma contínua as discussões sobre diversidade, identidade e relações étnico-raciais no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, registraram-se nos trabalhos analisados diversas iniciativas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade, tais como projetos temáticos, atividades culturais, produções paradidáticas e ações comunitárias desenvolvidas no ambiente escolar. Tais experiências surgem em diferentes etapas da educação básica e mobilizam a participação ativa e consciente de estudantes, docentes e equipes pedagógicas.

Como argumenta Candau (2011), o desenvolvimento de uma proposta intercultural crítica exige o engajamento coletivo da comunidade escolar para desconstruir narrativas hegemônicas e valorizar as matrizes culturais historicamente silenciadas na formação da sociedade brasileira. No entanto, os achados revelam que muitas dessas práticas ainda se

configuram como ações pontuais ou eventos isolados no calendário acadêmico. Elas permanecem fortemente dependentes do compromisso individual de determinados educadores engajados, o que limita sua consolidação como política pública permanente no projeto político-pedagógico das instituições de ensino, enfraquecendo o alcance transformador almejado pelas legislações vigentes.

Outro resultado relevante refere-se à fragilidade na formação e no repertório teórico dos próprios docentes quanto à abordagem das relações étnico-raciais na educação básica. Parte significativa das pesquisas aponta a ocorrência de capacitações superficiais ou a ausência total de estratégias sistemáticas de formação continuada voltadas à temática racial. Esse aspecto recorrente na literatura demonstra que muitos professores relatam insegurança epistemológica ou falta de preparo metodológico para mediarem discussões sobre racismo e diversidade em sala de aula, quadro diretamente derivado de processos formativos iniciais que historicamente negligenciaram a questão racial na universidade.

De acordo com Carneiro (2003) e Bento (2002), o racismo institucional e o epistemicídio refletem-se na formação universitária ao omitirem saberes e intelectuais negros e indígenas das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura. Tal cenário reforça a urgência de reestruturar as diretrizes curriculares para a formação docente, garantindo a inserção transversal de disciplinas e conteúdos focados nas relações étnico-raciais para o desenvolvimento de competências pedagógicas críticas e inclusivas. Somente a partir de uma revisão profunda nos projetos pedagógicos dos cursos superiores será possível preparar profissionais capacitados para o enfrentamento direto das discriminações.

Os estudos analisados registram, ainda, entraves institucionais e materiais para a consolidação de práticas antirracistas, manifestados pela escassez de materiais didáticos adequados, limitações na infraestrutura, ausência de planejamento curricular integrado e precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação. Esses elementos aparecem associados às condições estruturais e organizacionais das escolas públicas investigadas. Conforme analisam Silva (2007) e Santos (2018), a ausência de recursos pedagógicos de qualidade e o viés eurocêntrico presente na maioria dos livros didáticos tradicionais perpetuam estereótipos pejorativos, dificultando sensivelmente a implementação de abordagens descolonizadoras do saber em sala.

A superação de tais barreiras exige o fortalecimento de políticas públicas continuadas que assegurem suporte financeiro, distribuição de acervos paradidáticos diversificados e acompanhamento pedagógico constante. A articulação entre suporte

governamental, gestão escolar e comunidade local mostra-se indispensável para consolidar diretrizes antirracistas permanentes nas redes públicas. Somente com a garantia de recursos materiais adequados, valorização profissional e fiscalização efetiva dos currículos será possível viabilizar o alcance amplo, duradouro e emancipatório das propostas de educação antirracista na rede pública de ensino, promovendo uma transformação real no cenário educacional do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação de uma educação antirracista na escola pública brasileira ainda se apresenta como um projeto em construção, marcado por avanços normativos e desafios práticos. O percurso histórico de invisibilização das populações negras e indígenas nos currículos, materiais didáticos e práticas escolares deixou marcas profundas na estrutura educacional, que não serão superadas sem compromisso político, formação docente crítica e engajamento coletivo. As análises aqui desenvolvidas evidenciam que a existência de uma legislação específica, embora fundamental, não é suficiente para transformar a lógica eurocentrada e excludente que ainda predomina nas instituições de ensino.

Para além do cumprimento formal da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008, é necessário construir uma escola que reconheça e valorize a diversidade racial e cultural como princípio pedagógico. Essa transformação exige mudanças no currículo, nas metodologias de ensino, na gestão escolar e, sobretudo, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Enfrentar o racismo no ambiente escolar não se resume a inserir datas festivas ou conteúdos específicos, mas implica revisar estruturas, repensar práticas cotidianas e garantir que a equidade racial esteja no centro do projeto político-pedagógico de cada instituição.

Como desdobramentos para futuras pesquisas, recomenda-se o aprofundamento de estudos sobre os impactos de práticas pedagógicas antirracistas na trajetória escolar de estudantes negros e indígenas. Torna-se necessário também investigar como a formação docente tem sido orientada para o enfrentamento do racismo e de que maneira as políticas públicas estão sendo efetivadas nas diferentes redes municipais e estaduais de ensino. Além disso, mostra-se promissora a análise de experiências bem-sucedidas em territórios específicos, com vistas à construção de modelos replicáveis e adaptáveis que respeitem as realidades locais.

Ademais, o fortalecimento do diálogo entre a escola pública, as universidades, as comunidades e os movimentos sociais configura-se como um caminho potente para transformar o discurso da diversidade em uma prática diária comprometida com a justiça racial. A consolidação desse projeto emancipatório requer a responsabilização conjunta dos gestores, educadores e da sociedade civil na garantia de um ambiente escolar verdadeiramente democrático, inclusivo e pluriepistêmico.

REFERÊNCIAS

AZARIAS, Clodoaldo Reis; PRIOTTO, Elis Maria Teixeira Palma. Ferramentas para Educação Antirracista: Desafios Docentes da Educação Infantil ao Ensino Médio. **Revista Pleiade**, v. 18, n. 43, p. 48-59, 2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. *In*: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e relações raciais no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-50.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

FAVORETTI, João Paulo de Souza. História indígena e a relação com a expansão para o oeste norte-americano: O caso "Cherokee Nation v. State of Georgia"(1831). **Áskesis**: Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 13, n. 1, p. 140-159, 2024.

FERREIRA NETO, José Olímpio Ferreira. Práticas pedagógicas para Ciências da Natureza: buscando afrorreferências. **Ensino em Perspectivas**, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2022.

GARCEZ, Gabriela Soldano; LODI, Monyque Silva Lourenço. A tese de branqueamento racial e o racismo estrutural no Brasil. **Revista Eletrônica Leopoldianum**, v. 50, n. 140, p. 28-28, 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e decolonialidade: reeducar o olhar, o pensamento e a ação. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 29, p. 98-109, 2012.

MESQUITA, Roseane Santos; DOS SANTOS, Andréia Teixeira; LUCINI, Marizete. Racismo estrutural e o bicentenário da independência: um olhar sobre a educação antirracista nas comunidades quilombolas. **Educação em Foco**, v. 25, n. 46, p. 162-187, 2022.

MORENO, Jean Carlos; FERREIRA, Andressa. Decolonizando práticas educativas na América Latina: mulheres e interseccionalidade no ensino de História. *In*: **Ensino de História**: histórias, memórias, perspectivas e interfaces. Guarujá: Editora Científica Digital, 2021. v. 2, p. 47-57.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RAMOS, Jarbas Siqueira; SIQUEIRA, Talita de Barros Lima. Ensino de Arte e Educação Antirracista: perspectivas pedagógicas e políticas na atuação docente. **Moringa**, v. 13, n. 1, p. 73-93, 2022.

SANTOS, Cecília Gusson; SANTOS, James Rios de Oliveira; EL KADRI, Michele Salles. Letramento Racial Crítico na construção da Educação Antirracista nas aulas de língua inglesa da Educação Básica. **Entretextos**, v. 21, n. 2, p. 153-172, 2021.

SANTOS, Merylin Ricieli dos. Um território de memórias negras: conexões possíveis e histórias viáveis. **Revista História Hoje**, v. 10, n. 20, p. 218-244, 2021.

SANTOS, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230001, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Ana Célia da. **A representação do negro no livro didático**: o que mudou? Por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2007.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Pedagogia, práticas pedagógicas e educação antirracista. **Currículo sem Fronteiras**, v. 23, p. e1832, 2023.

SOUSA, André Cristovão et al. Desafios e possibilidades na formação docente: a educação antirracista e os vinte anos da implementação da lei 10.639. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 4, p. 1955-1963, 2024.

VALENTE, Gabriela; DANTAS, Adriana Santiago Rosa. Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. e07327, 2021.